

## QUANTO VALE UM TERRITÓRIO? MARCAS DO DESASTRE DE FUNDÃO NA PAISAGEM DE MARIANA

*HOW MUCH IS A TERRITORY WORTH? MARKS OF FUNDÃO DISASTER IN MARIANA' LANDSCAPE*

 Celiane Souza Xavier <sup>A</sup>

 Mariana Cristina Villefort Teixeira <sup>B</sup>

<sup>A</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

Recebido em: 30/10/2022 | 17/01/2023      DOI: 10.12957/tamoios.2024.71017

Correspondência para: Celiane Souza Xavier (arqceliane@gmail.com)

### Resumo

No âmbito dos debates que propõem discutir os efeitos das maquinações capitalistas sobre os territórios, estão sublinhados os desastres socio tecnológicos e ambientais que têm na estruturação sistêmica do capital sua principal origem. Não é incomum, apesar disso, que as análises dessas repercussões sejam desatentas aos reflexos intangíveis das imposições capitalistas ao redor do mundo. Neste artigo síntese da dissertação da autora pretendemos identificar, a partir do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Vale Mineração S.A., da Samarco Mineração S.A. e da BHP Billiton – ocorrido em 05 de novembro de 2015 em Mariana-MG –, os custos materiais e imateriais da sobrevalorização de um modelo econômico fadado à autodestruição. Para tanto, teremos na Paisagem da Destruição o parâmetro de análise que permitirá, por meio de seu amadurecimento conceitual, compreender as consequências de um desastre-crime que perdura ao longo do tempo contrastando com a retomada econômico-produtiva dos agentes mineradores nos territórios atingidos.

**Palavras-chave:** Fundão; Rompimento; Mineração; Paisagem; Capital.

### Abstract

At heart of the debates that propose to discuss the effects of capitalist machinations on territories, the socio technological and environmental disasters that have their main origin in the systemic structuring of capital are underlined. It is not uncommon, however, that analyzes of these repercussions are inattentive to the intangible reflexes of capitalist impositions around the world. In this article synthesis of the author's dissertation we intend to identify, from the rupture of the Fundão dam, owned by Vale Mineração S.A., by Samarco Mineração S.A. and BHP Billiton – which took place on November 5, 2015 in Mariana-MG –, the material and immaterial costs of overvaluing an economic model doomed to self-destruction. In order to do so, we will have in Landscape the parameter of analysis that will allow, through its conceptual maturation, to understand the consequences of a disaster-crime that lasts over time, contrasting with the economic-productive resumption of mining agents in the affected territory.

**Keywords:** Fundão; Disruption; Mining; Landscape; Capital.



## INTRODUÇÃO

Não é novidade que o ininterrupto e gradual processo global de aceleração econômica e desenvolvimentista resulta em uma realidade socioeconômica desigual e assimétrica (SANTOS, 2004). Nisso, mesmo que cada sociedade seja manejada por determinado tipo de máquina social (HAESBAERT, 2004), o capitalismo se impõe como forma de estruturação sistêmica predominante no globo (MARX, ENGELS, 2018). Nessa lógica, munido da quase nula preocupação com qualquer aspecto diferente de sua reprodução e acumulação, o capital opera como verdadeiro motor de decisões humanas e regulador de relações políticas, sociais, institucionais e econômicas (HARVEY, 1989).

Apático às questões sociais e ambientais, o desenvolvimento do capitalismo no mundo alcança hoje um patamar no qual, em rede e tornado quase abstrato pelas modulações transnacionais (SANTOS, 2007), se estabelece cada vez mais atento às conexões transnacionais, às mudanças nas estruturas sociais e ao aprimoramento dos meios de produção com base em tecnologia. Fato é que a introdução da economia na existência humana reprogramou nosso olhar sobre o mundo de maneira tal que, já há algum tempo, até mesmo as relações tornaram-se capitalizáveis.

Por óbvio, ainda que para subjugar ou domar, o capitalismo é um sistema atento aos mais diversos aspectos da vida humana, sejam eles tangíveis ou intangíveis. É esta a chave da perpetuação de sua hegemonia ao longo dos séculos já que, ao mesmo tempo em que esse sistema toma o mundo como um conjunto inesgotável de “recursos” – que, agora transformados em *commodities*, devem ser apropriados, extraídos, beneficiados e comercializados de modo a gerar riquezas (GUDYNAS, 2015) –, também está alerta às transformações sociais, ao estabelecimento de relações e ao traçado de estratégias submetidas ao mercado internacional.

Nessa ideologia produtiva, o atual desenvolvimentismo “progressista” incorpora, de forma perspicaz e sem romper com as lógicas do capital, ideais socioambientais convencedores da opinião pública e, por isso, capazes de proporcionar a perenização de sua hegemonia (BRESSER-PEREIRA, 2018). Logo, não é por responsabilidade ambiental a gradativa apropriação de discursos de sustentabilidade por parte de agentes hegemônicos ou a gradual “conscientização” política de instituições e partidos sobre a imprescindibilidade da diversidade racial e de gênero nos espaços de tomada de decisão. Dentro da lógica sistêmica, essas são apenas ações estratégicas indispensáveis à acomodação estrutural do capitalismo em um mundo em constante transformação. E assim os capitais seguem ditando hábitos, costumes, modos de ser, fazer, se relacionar; a natureza se tornou um produto, os cidadãos se tornaram atingidos e atingidas “[...] e o valor do espaço passou a ser medido pelo montante que ele possa representar como mercadoria” (XAVIER, 2020, p.116).

Até mesmo as diretrizes de uso, ocupação e experimentação dos territórios são delineadas pelos capitais. Aliás, autores como Polanyi (2000) já manifestaram, há algumas décadas, esse processo de transformação do espaço em mercadoria pelas lógicas do capital. Vejamos o caso das economias extrativas, por exemplo: com origens anteriores ao próprio



capitalismo, essas práticas são equivocadamente interpretadas como sinônimas de progresso ou motoras de desenvolvimento, com destaque no cenário nacional para o extrativismo vegetal e a mineração. Apesar dos conhecidos prejuízos que podem causar no local onde se inserem, no geral, as atividades econômicas de base extrativa são sobrevalorizadas na estrutura social, possuindo salvo-conduto tal que permite sua intervenção direta na produção ou modificação do espaço natural e construído.

No estado brasileiro de Minas Gerais, vimos recentemente o debate sobre a exploração mineral ante o tombamento da Serra do Curral ganhar proporção internacional. Pretendendo explorar um dos mais representativos cartões-postais da capital Belo Horizonte, a Taquaril Mineração S.A (Tamisa) teve sua licença ambiental questionada após a manifestação da sociedade civil, de ambientalistas e pesquisadores(as) em prol da ampliação da proteção da serra que marca o início da ocupação belo-horizontina. Foram notáveis, neste caso, tanto as irresponsabilidades envolvidas na concessão inicial da licença, quanto a defesa tendenciosa do patrimônio cultural por parte de agentes políticos provavelmente vigilantes ao ano eleitoral.

Nessa indústria de desastres que se tornou Minas Gerais, a região central do estado tem protagonizado o cenário de conflitos socioambientais provocados pela prática mineradora. Assim como o conflito na Serra do Curral, diversos outros enfrentamentos estão presentes no território mineiro, dentre os quais destacamos os rompimentos das barragens de Fundão (Mariana, 05/11/2015) – propriedade da Samarco Mineração S.A., Vale Mineração S.A. e BHP Billiton –; do Complexo de barragens da Mina do Córrego do Feijão (Bromadinho, 25/01/2019) – propriedade da Vale Mineração S.A. –; e o iminente risco de rompimento de outras estruturas, como a barragem da Mina do Gongo Soco (Barão de Cocais) – propriedade da Vale Mineração S.A. –; e a barragem Serra Azul (Itatiaiuçu) – da multinacional ArcelorMittal.

No âmago dos debates que propõem discutir os efeitos das maquinações capitalistas sobre os territórios, esses desastres socio tecnológicos e ambientais têm na estruturação sistêmica do capital sua principal origem. Não é incomum, apesar disso, que as análises dessas repercussões sejam desatentas aos reflexos intangíveis das imposições capitalistas ao redor do mundo. Neste artigo, pretendemos identificar, a partir especificamente do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Vale Mineração S.A., da Samarco Mineração S.A. e da BHP Billiton – ocorrido em 05 de novembro de 2015 em Mariana-MG –, os custos materiais e imateriais da sobrevalorização de um modelo econômico fadado à autodestruição.

Para tanto, teremos na paisagem e no território os parâmetros de análise basais que permitirão, por meio da criação de uma unidade de análise que integrará os dois conceitos, compreender as consequências de um desastre-crime que perdura ao longo do tempo contrastando com a retomada econômico-produtiva dos agentes mineradores no território atingido. De tal modo, o estudo contribuirá na identificação das formas através das quais o capital, por meio dos agentes detentores do poder econômico – neste caso, dos agentes mineradores –, deixa suas marcas nos territórios. Vejamos.



## PAISAGEM DA DESTRUIÇÃO: DEFININDO UMA UNIDADE DE ANÁLISE

[...] se o passado é visto como “uma série de ‘agoras’ em contínua passagem”, ele é “uma agora que passou”, tornando-se, assim, uma ausência “concebida como um tipo de presença”. (HAESBAERT, 2004, p.168)

Única e dinâmica: essas talvez sejam as expressões com maior capacidade para definir uma paisagem. Complexo e multifacetado que é, a essência hermética do termo tornou diversos os esforços disciplinares na busca por sua conceituação. Seu amadurecimento conceitual passou por uma rede de progressões científicas oportunizadas por esforços inter, multi e transdisciplinares dos quais o protagonismo pertenceu, particularmente, às geografias e a outras ciências sociais.

Do ambiente natural e “selvagem” aos jardins em sua forma de natureza domesticável (ROMERO, JIMENEZ, 2002). Das belezas naturais que “nos obrigam” à contemplação (SANSOT, 1983) à sua eternização em pinturas, quadros e uma diversidade de outras formas de “miniaturas do universo” (RISSO, 2013). Do apego às definições fundamentadas em análises vegetativas pautadas pelos registros naturalistas, à miscelânea entre as noções de espaço, território e paisagem como se fossem termos equivalentes. Foi longo o percurso até as compreensões atuais, passando por muitas abreviações do que hoje compreendemos como sendo uma paisagem. Da noção-chave que as resumiu a sistemas ambientais característicos de porções espaciais marcadamente homogêneas e fisicamente bem delimitadas, alcançamos hoje inteligência holística tal que, para mirá-las, a atenção aos aspectos imateriais por ela formados e dela formadores é condição indispensável.

Hoje sabemos que, em cada paisagem, existem singularidades e reciprocidades inéditas, formadas e formadoras por/daquele sistema em específico, fruto do trato recíproco entre componentes biológicos, físicos e antrópicos (AMORIM, OLIVEIRA, 2008) que não podem ser transferidos e/ou reproduzidos em outro lugar. Possuem endereço exato, inclusive temporal. Por sua essência mutável, sem jamais se ater a uma acumulação temporal de usos, ocupações e apropriações (AMORIM, OLIVEIRA, 2008), paisagens são produtos capazes de exprimir realidades históricas e sociais das mais distintas épocas de sua existência.

Enquanto sistema, é percepção. É um “[...] *espacio preciso analizado por um observador*” (BAXENDALE, 2012, p.48). É fundamentalmente uma construção subjetiva que estará infinitamente alterada a partir da mudança de observador(a)/ experimentador(a).

Acaso não é verdade como um cheiro específico nos faz lembrar de um lugar, uma época ou um momento? Ou como alguns elementos não palpáveis são característicos de um local, como o ar seco de um ambiente desértico ou o barulho constante de uma grande capital? O tiquetaquear de um trem pode nos fazer lembrar daquele dia, na cachoeira, no interior. Da mesma forma como um sabor pode nos transportar imediatamente para a época ou lugar em que nos marcou. (XAVIER, 2020, p.34)

Esta é, para Sansot (1983), a chamada “afeição paisagística”, lente através da qual cada uma e cada um, guiado(a) por sua memória afetiva particular, é capaz de “[...] experimentar e apreciar o espaço” (CORBIN, 2001, p.04). Portanto, além de únicas com relação ao tempo e



espaço, paisagens também o são a depender do indivíduo que a experimenta, se estabelecendo como um intercâmbio entre o “[...] sensível e o mundo das significações” (SANSOT, 1983, p.13). Elas são, em resumo, tudo aquilo que somos, ou não, capazes de perceber em um ambiente através de nossos cinco sentidos.

Nesse contexto, alguns estudos paisagísticos, como os realizados pelo anglo-americano James Duncan (1990), sugerem encarar o fenômeno paisagem como um texto na dinâmica da interpretação. O autor demonstra, por exemplo, a íntima relação existente entre as escrituras sagradas e as estruturas sociocultural e organizacional do Reino de Kandy, no Sri Lanka. Em sua materialidade e imaterialidade, a paisagem citadina do Reino expressa a transformação das escrituras sagradas em paisagem demonstrando como, através dela, o sistema social pode e é comunicado (NETA, 2004).

Como texto (DUNCAN, 1990; NÓR, 2013), as paisagens são capazes de exprimir, então, a forma “como o visível [– ou, ousaria substituir, vivível –] pode se tornar dizível, sem perder seu caráter de visibilidade [ou de vivência]” (SANSOT, 1983, p.02). O fato é que estarão sempre grafadas por um denominador comum: o espaço como ator principal da narrativa histórica e sociocultural (NETA, 2004). Ora, vejamos o quanto os achados arqueológicos podem nos contar sobre a biodiversidade, os modos de vida e as relações sociais estabelecidas no paleolítico e outros tempos históricos (LEITE, 2016). Ou o quanto as paisagens que construímos hoje contarão, no futuro, sobre as formas atuais de viver, se organizar e interagir. Elas são, portanto, testemunhos das formas como os grupos sociais se organizaram/organizam, nos diferentes espaços e tempos históricos, das potencialidades desses lugares e grupos sociais e, também, dos problemas por eles enfrentados. Expressam relações que, dotadas de significado, demonstram as interseções entre os agrupamentos humanos ou não humanos e o meio.

A noção de paisagem como intocada harmonia natural foi – ou, pelo menos, deveria ter sido – superada, dando espaço à cultura como um fator determinante. Com importância cultural, se distinguem à medida que se diferenciam também as culturas. Neste todo coeso, “a cultura é o agente, a área natural é o meio [...] [e] a paisagem [...] o resultado” (RISSO, 2013, p.69). Por essa razão, estão intrinsecamente relacionadas ao significado que têm para os povos que a formam e que nela/dela são formados. É na cultura, então, que se amparam valores como pertencimento e reconhecimento que são, aliás, determinantes na caracterização de um conjunto de paisagens como território.

Não diferente das paisagens, lidar com a temática territorial também exigiu esforço interdisciplinar de longa trajetória. Abordado por perspectivas históricas, relacionais, materialistas ou idealistas (SANTOS, 2007), a delimitação do conceito território também é marcada pela vastidão analítica. Objetivamente, mais do que os limites administrativos e fundiários aos quais corremos o risco de nos ater ao falar em território (HAESBAERT, 2004), a definição ideal do termo para o contexto deste estudo científico é: a paisagem – ou o conjunto de paisagens – ao qual/às quais pertence e se identifica o indivíduo. É, sobretudo, uma relação paisagisticamente mediada que, por suas singularidades, produz identidade ou, dizendo em outras palavras, territorialidade.



A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia [...]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nas quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.323)

Na ótica aqui abordada, o território é, portanto, “[...] um movimento mais centrípeto que centrífugo” (HAESBAERT, 2004, p.123), um “[...] espaço bem circunscrito pelo limite entre exterior e interior, entre o Outro e o semelhante[...]” (CHIVALLON, 1999, p.05 *apud* HAESBAERT, 2004, p.75). Como elemento de coesão na ligadura territorial, somente a partir da existência de atributos de identificação e pertencimento é que as paisagens adquirem qualidades territoriais, dentre as quais a territorialidade é condição elementar.

Dessa perspectiva, o território seria chamado a deixar de existir não fosse a territorialidade enquanto seu caráter subjetivo vital. De fato, aqui reside uma das maiores fragilidades em se tratando do território no nível psicológico aqui abordado. Num mundo coordenado pelo capital (MARX, ENGELS, 2018), regido por redes globais e imerso num processo ininterrupto de avanço sobre ele mesmo, não é incomum que os territórios sejam, cada dia com mais intensidade, atravessados pelas relações, pautas e dinâmicas ditadas pelos agentes detentores do poder na lógica capitalista. Logo, dessa perspectiva, não seria equivocado conceber a noção de uma territorialidade dominante chefiada, sobretudo, pelo capital.

Com capacidade para intervir e modificar acentuadamente as relações territoriais, o poderio capitalista segue exercendo suas habilidades de dominação de territórios. Um exemplo pertinente para esta afirmação reside nas inúmeras narrativas de disputas territoriais registradas por um dos grandes escritores brasileiros do último século. No seu produzir literário, o poeta Carlos Drummond de Andrade (1930-1973) assinalou, de muitas maneiras, o longo processo de debilitação ao qual foram submetidas cidades mineiras como Itabira, onde nasceu, ou Belo Horizonte, onde trabalhou e viveu por alguns anos. Transformando a paisagem em texto, as narrativas geoliterárias do escritor registraram décadas de um produzir minerário que, ainda hoje, segue intervindo em relações e dinâmicas territoriais que perturbam a conexão e reconhecimento dos indivíduos para com seu próprio lugar.

Na atualidade, disputas dessa natureza são protagonizadas por práticas econômicas hegemônicas que, como a mineração, possuem alto potencial para transformar os territórios. Neste contexto,

[...] a mineração é muito representativa, uma vez que é uma atividade que exerce grande alteração na paisagem e no espaço. [...] Além disso, a mineração é capaz de alterar substancialmente a estrutura e configuração de agrupamentos sociais e comunidades, visto que reconfigura o território por completo e suas relações, (des)construindo referências espaciais e culturais. Há situações onde observamos a completa destruição de lugares, desvinculando as raízes e identidade de famílias e grupos com o lugar. (ACCIOLY, 2012, p.65)



Este processo de desvinculação territorial foi descrito por estudiosos(as) como o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2004) como “[...] uma das características centrais do capitalismo e, mais ainda, da própria modernidade” (2004, p.22), à qual se dá o nome de desterritorialização.

Inseparáveis, territorialização e desterritorialização caminham juntas. Estão postas para provar, respectivamente, a importância das mediações socioespaciais nas construções culturais/afetivas e a debilitação dessas mesmas construções em função das subordinações locais aos critérios do lucro e da acumulação globais. Nessa lógica sistêmica, a territorialização de agentes hegemônicos tem como um de seus resultados a desterritorialização de povos e comunidades descapitalizados. (XAVIER, 2020, p.58)

Neste caso, aos sujeitos desterritorializados é imposta a desvinculação das “[...] relações [com] as quais aprende cotidianamente a se significar” (PAOLIELLO, 2015 p.16). Fragilizados(as) em sua territorialidade, enfrentam a privação de seu modo de vida, cotidianidade e de sua base existencial. Em grande parte das vezes, este processo é impulsionado pelo movimento de territorialização de terceiros, geralmente hegemônicas, que atuam como verdadeiras máquinas desterritorializadoras (DELEUZE, GUATTARI, 2010) remodelando as relações territoriais conforme sua demanda. Na realidade brasileira, as máquinas minerárias (WISNIK, 2018) desempenham, fundamentalmente, o papel sobrevalorizado de propulsor econômico (BRASIL, 2013) e, associadamente, um dos principais agentes que promovem a desterritorialização compulsória (HAESBAERT, 2004).

Este contexto de obliteração configura um cenário de interferência em sistemas culturais, formas espaciais, dinâmicas relacionais e imposições arbitrárias que singulariza o que denominamos Paisagem da Destruição. Após sintonizadas as noções-chave de paisagem e território, as origens do termo Paisagem da Destruição se fundamentam no confronto entre a fusão desses conceitos-base e a condição de desterritorialização intrínseca à modernidade. Foi idealizado por Xavier (2020) como forma de expressão autobiografada nas paisagens da devastação da base existencial material e imaterial de grupos sociais desfavorecidos pelas lógicas capitalistas. Define-se como o todo visível e não visível resultante da operação dos conflitos socio tecnológicos e ambientais sobre os territórios. São, por essência, territórios transformados cuja fundamentação teórica reside, essencialmente, nas reflexões tecidas em Xavier (2020) e nas considerações introdutórias deste estudo à luz de clássicos como David Harvey, Rogério Haesbaert, e Milton Santos.

Fruto das territorializações desterritorializadoras intrínsecas ao capitalismo, essas paisagens são, por definição, a expressão da desagregação simbólico-cultural e territorial do conjunto desterritorializado com o território do presente. Compondo um todo híbrido, são caracterizadas pela mudança, gestadas pelo efetivo ato de fragilização territorial que impede a reprodução cultural dos(as) que foram forçados(as) a se desvincular de seu território. Denotam de modo autêntico os produtos da atuação de agentes que “[...] desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores (HAESBAERT, 2004, p. 259). Expressam de modo inextricável, em síntese, as formas criativas de destruir os espaços, lugares, paisagens e territórios (BRENNER, 2014) em nome de sua reconstrução (LEITE, 1994).



Chancela expressiva da ação da territorialidade dominante (HARVEY, 1989), o conceito Paisagem da Destruição pretende considerar a materialidade e a imaterialidade, a objetividade e a subjetividade, a intenção primeira da máquina capitalista em ditar as estruturas sociais. Reúne expressões de um território que foi (ou não) construído na transformação, no movimento. Em sua intangibilidade, somente pode ser descrita por aqueles e aquelas que a experimentam. Na materialidade, por sua vez, pode ser apreendida em concretudes deladoras do processo de transformação ao qual o território foi submetido, revelando “[...] como estão imbuídas em seus planos os ideais interessados de um grupo [territorial] para com outros” (MARTINS, 2009, p.886).

Capaz de expressar a integralidade de uma realidade pós/em conflito, a Paisagem da Destruição é uma autobiografia. Por natureza, tem potencial para evidenciar os processos em curso (SANTOS, 2007), emoldurar relações, apontar conexões e sublinhar vínculos. Compõe-se do entrelaçamento recíproco entre o território e a paisagem. À luz dessas definições, no item que se segue experimentaremos sua aplicação sobre o cenário de desterritorialização em curso em razão da ocorrência do desastre-crime socio tecnológico e ambiental do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015 no município de Mariana-MG.

Antes disso, entretanto, é importante pontuar algumas colocações relativas aos métodos adotados no estudo. Em primeiro lugar, cabe notar que a ocorrência da pandemia do Novo Coronavírus no período contemporâneo ao desenvolvimento da pesquisa inviabilizou parte do trabalho de campo, inicialmente pensado no formato de entrevistas semiestruturadas com as pessoas atingidas. De tal maneira, para identificação dos aspectos intangíveis da Paisagem da Destruição de Mariana, foram pesquisados depoimentos e relatos dos atingidos e atingidas em jornais, revistas e publicações, com destaque para o conteúdo produzido pelo Jornal A Sirene – periódico gestado pelas próprias pessoas atingidas como forma de registro de sua memória e denúncia das situações enfrentadas pós desastre. Um segundo motivo para esta escolha diz respeito ao assédio promovido tanto pela mídia quanto, muitas vezes, por nós mesmos enquanto pesquisadores(as) após o rompimento, fato que elegeu o levantamento de dados secundários como caminho mais adequado para prosseguimento do estudo.

Por fim, para identificação dos aspectos tangíveis da Paisagem da Destruição de Mariana – que denunciam a transformação do território pós rompimento –, optou-se pelo método “à deriva”. Idealizado por Guy Debord (1958), essa opção metodológica constituiu-se como ideal para o cenário considerando que, tomadas as devidas precauções de saúde, não apresentou riscos ao público-alvo, nem à autora. Nesta fase, através do exercício estético caminhar (CARERI, 2013) de andar à deriva pelo território marianense, não foi definido nenhum destino, rotas ou outras delimitações. O ato de caminhar pelo território foi tomado como ação crítica, afetiva e simbólica, através do qual foi possível perceber o significado dos lugares que se percorreu, como instrui o método. No exercício, alinhada aos objetivos da pesquisa, a autora procurou observar a presença de elementos de inscrição que autobiografam, na paisagem citadina, a ocorrência do rompimento da barragem de Fundão. O percurso dos caminhamentos foi registrado com o auxílio de ferramentas digitais gratuitas, os elementos



identificados foram georreferenciados, fotografados e, enfim, os dados de campo foram trabalhados à posteriori em escritório, gerando os produtos apresentados a seguir. Vejamos.

## AUTOBIOGRAFIA DO DESASTRE DE FUNDÃO EM MARIANA-MG

Simplificadamente, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga”, e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p.224)

Conhecido por sua trajetória econômica e importante valor histórico e artístico no cenário nacional, o município de Mariana está localizado na porção central de Minas Gerais. A primeira capital mineira tem seu surgimento datado do século XVII, atrelado à descoberta de ouro no Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Mais de 300 anos depois de ter se estabelecido como um dos principais polos auríferos do Brasil Colônia (GARCIA, 2016), considerável parcela da arrecadação municipal (70%) permanece sendo proveniente da extração mineral, especialmente do minério de ferro (BRASIL, 2014; SALINAS, 2016). Hoje, o município é um dos que contribui de forma mais significativa com os produtos financeiros estaduais e nacionais no contexto da extração de minérios.

No alvo do interesse minerador, em novembro de 2015, Mariana foi vítima de um dos maiores desastres minerários da história brasileira: o rompimento da barragem de Fundão. Como uma espécie de princípio moderno (ORTIZ, 1999), conflitos ambientais e territoriais dessa natureza seguem gerando paisagens em transformação, territórios em (des)construção e esforços de reterritorialização. Criadora de Paisagens da Destruição, a mineração protagoniza, no Brasil, os moldes macroeconômicos instauradores de conflitos socioambientais típicos da *glocalização* enunciada por Haesbaert (2004) e parece pouco interessada em buscar alternativas econômicas menos destrutivas. Não dá alternativa aos territórios que não seja se esforçar para (r)existir.

Numa tarde aparentemente comum, a rotina ribeirinha foi interrompida e “[...] ao fugirem dos rejeitos que rapidamente tomaram as localidades, [as pessoas atingidas] deixaram para trás os resquícios da vida que tiveram até 05 de novembro [de 2015]. Nada jamais seria igual” (SANTOS, 2016b, p.13). Aqui, podemos destacar um primeiro elemento que marca a Paisagem da Destruição em Mariana: a emergência de um **novo elemento construtor de espacialidades: a lama de rejeitos**. Despejada pela ruptura em Fundão, a ferocidade da onda de rejeitos provocou uma verdadeira homogeneização dos territórios atingidos. Toda singularidade e vitalidade de cada paisagem atingida foi equalizada, pelo rompimento, em um **território homogêneo, sem vida e enlameado**.

Expulsas de suas raízes, as pessoas atingidas viram o local eleito como seu território de pertencimento desaparecer como local de vida. Os dias e noites seguintes agora teriam um gosto amargo, difícil de digerir. Sentindo na pele as consequências do modelo mineral brasileiro, a maior parte das pessoas atingidas de Mariana foi relocada emergencialmente no distrito sede do município. Não obstante, mesmo para aqueles(as) que puderam permanecer



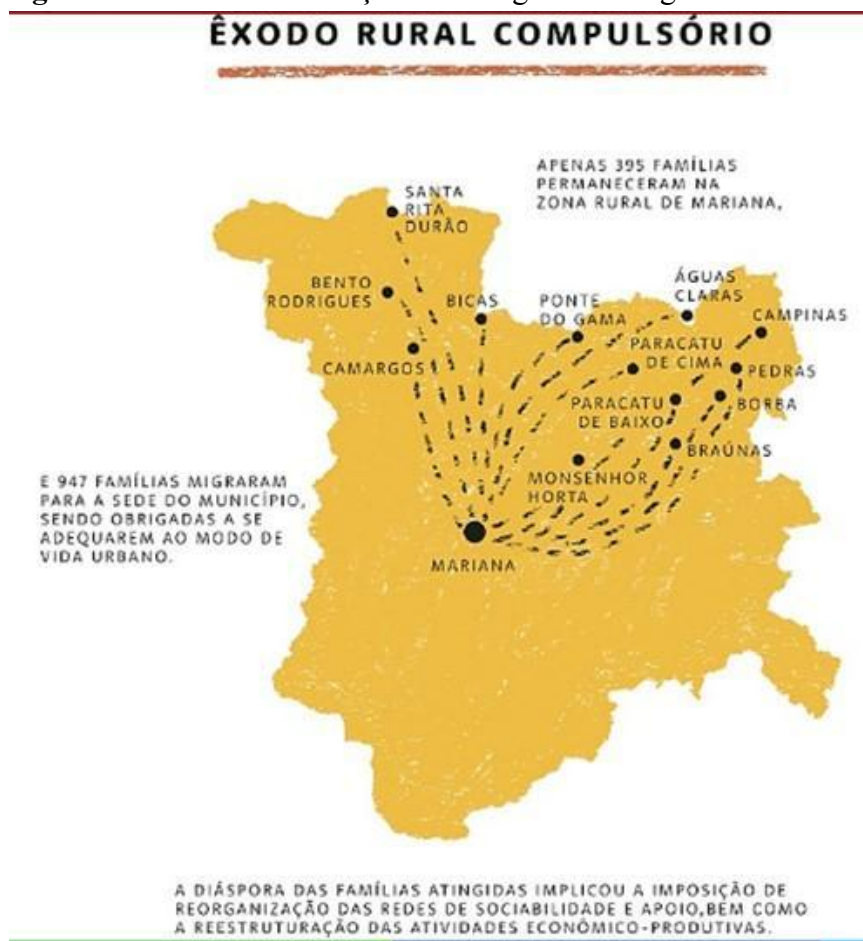
em seus locais de origem, 05 de novembro de 2015 marcou a **completa descaracterização das comunidades atingidas**.

Corroborando com a pesquisa realizada por Xavier (2020), estudos mais recentes ratificam que a **(a)territorialidade** – ou seja, a desvinculação territorial – é uma realidade axiomática em qualquer das realidades enfrentadas pelas pessoas atingidas. No transcorrer da ação civil pública ajuizada pelas Instituições de Justiça em prol das pessoas atingidas, uma equipe de assessoria técnica foi escolhida para, em parceria, apoiar os atingidos e atingidas na garantia de direitos, construção e alcance da Reparação Integral<sup>1</sup>. Nessa busca, uma das ações da assessoria prestada pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais foi construir e aplicar um cadastro para levantamento das perdas e danos sofridos por cada pessoa e núcleo familiar, ação que tem, como produto, um dossiê organizado e sistematizado tecnicamente com o objetivo fim de registrar as perdas e danos das pessoas atingidas e subsidiar as indenizações individuais, familiares e outras medidas reparatórias. Após análise dos dossiês finalizados, ficou cientificamente comprovada a **desterritorialização** provocada pelo rompimento em Fundão.

No estudo realizado (Figura 1), há registros de comunidades inteiras deslocadas de seus locais de pertencimento, como Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues - distritos atingidos do município de Mariana (BARROS, 2022). Drasticamente desvinculadas de seu território, dados do estudo apontam que 85% dos núcleos familiares atingidos foram forçados a se deslocar. Entretanto, mesmo para os 15% que permaneceram em seu local de origem, o território já não existe mais em sua completude. Desterritorializadas *in situ* ou em sentido literal (HAESBAERT, 2004), a realidade vivenciada hoje em nada se assemelha à vida antes do rompimento.



**Figura 1 – Desterritorialização dos atingidos e atingidas de Mariana**



FONTE: (BARROS, 2022)

Diante da **perda completa de seu apoio existencial** (SCHULZ, 1980), se viram sem comunidade, sem casa, sem perspectivas e, em muitos casos, sem notícias dos seus.

A lama passou. A comoção passou. A imprensa passou. O tempo passou. [...] A comunidade reunida não tem mais. A alegria de viver juntinho não tem mais. O que tem – e não tinha – são as pessoas se adoecendo por causa de um trauma tão grande. Isso passa na cabeça de quem diz que o pior já passou? (SANTOS, 2016a, p.13)

Desde a onda de rejeitos, as pessoas atingidas viram seus **modos de vida essencialmente rurais serem invadidos**, transformados em uma mistura heterogênea de dor e recomeço, angústia e resiliência. Inseridos(as) em um contexto fundamentalmente urbano ou permanecendo em comunidades que já não são mais as suas, a vida que essas pessoas levam é, ainda nos dias atuais, completamente desconectada daquela que um dia viveram. Nem de longe, os danos decorrentes do rompimento se restringem à data de seu acontecimento. Nas palavras das próprias pessoas atingidas, o dissabor pungente dos primeiros dias pós desastre se transformou em uma tortura crônica que se intensifica à medida que se prolonga a ausência de reparação. Depois da “tragédia anunciada” de Fundão



(MARIANO *et.al*, 2019), restaram as sucessivas violações de direito resultantes de uma **reintrodução territorial débil**.

Quando somos nós que definimos o território dos outros, de forma imposta, eles não estão de fato se territorializando, pois se “territorializado” por outros, especialmente quando completamente contra nossa vontade e sem opção, significa desterritorializar-se. Assim, “reterritorialização” implica um movimento de resistência à desterritorialização imposta pelo movimento de territorialização comandado por outros. (HAESBAERT, 2004, p. 262)

É exatamente o que demonstra a Paisagem da Destruição de Mariana. Para os(as) que permaneceram no território atingido, além de forçados(as) a **conviver com o rejeito** que ali permanece depositado, sofrem com danos como o **afastamento comunitário, a perda de relações comunitárias, a perda da autonomia sobre seus planos e projetos de vida, a perda/diminuição da renda/capacidade produtiva rural, a perda de acesso aos recursos naturais, ao Rio Doce** e ao lazer e renda antes por ele proporcionado. Para os(as) compulsoriamente deslocados(as), o percurso é igualmente desafiador, já que a vida “provisória” impulsionada pelo deslocamento é marcada principalmente pela **estigmatização** e pelo **empobrecimento**.

Em ambos os casos, o fato é que, aprendendo a ser atingidos e atingidas – um saber “indesejado e necessário” (DRUMMOND, 2017, p.02) –, a reparação integral está ainda distante, quase como uma utopia. Para além disso, passados os primeiros dias e meses depois do rompimento, as ações solidárias de diversas partes do país e do mundo que assistiram as pessoas atingidas em suas necessidades básicas nos primeiros dias e semanas se tornaram cada dia mais escassas. Após **quase oito anos de espera**, paira no inconsciente coletivo da sociedade global uma sensação de normalidade, de alcance da reparação e de adequada punição aos responsáveis pelo desastre, situações que em nada condizem com a realidade.

Os territórios destruídos [...] estão agora vinculados à memória, a uma realidade que já não é mais possível viver e que em quase nada se assemelha ao cotidiano atual. O lugar de estada no presente, por sua vez, não é nem mesmo caracterizado como um território para a maioria das pessoas atingidas, cujos depoimentos contam da falta de identificação com o contexto e rotinas atuais e do desenlace afetivo com o lugar do presente. Mas a construção das novas comunidades por meio dos processos de reassentamento em curso, por sua vez, demonstra de muitas formas o [possível] surgimento de um vínculo territorial que nasce do apego à esperança pela retomada dos modos de vida. (XAVIER, 2020, p.118).

### Figura 2 – Mudanças nos modos de vida

Encontramos Seu Nonô moendo café no pilão de sua casa na comunidade de Pedras e vestindo uma camisa azul muito parecida com a que ele usava quando foi registrado em abril de 2016, na edição número 2 do Jornal. Ele nos contou que tem diminuído a frequência das visitas ao subdistrito, pois anda chateado com as formigas que destroem a plantação. Também disse que a mulher e os filhos não têm mais interesse em voltar para a comunidade, e que, dessa maneira, ele também não poderia viver lá sozinho. Até o momento, ninguém deu conta de consertar a vida de Seu Nonô, que agora mora em Águas Claras. Perguntamos se ele tinha conseguido outra mula, da qual lamentava a perda na matéria que publicamos em 2016. Além de não ter reavido o animal, Seu Nonô disse que, desde então, nunca mais andou a cavalo.



(FONTE: A SIRENE, 2018b, p.05, Modificado pela autora)

Mesmo que ainda haja um longo caminho a percorrer na busca pela reparação integral, nas intangibilidades que formam a Paisagem da Destruição de Mariana, também se acham potências. Por meios diversos, num esforço pela reterritorialização, as pessoas atingidas têm encontrado formas de resistir à nova realidade. Como uma das formas de manter vivas as tradições do território de origem. A **manutenção do time de futebol**, a **continuidade das festas religiosas**, a idealização da **Feira Noturna dos Atingidos e Atingidas** ou mesmo a **reestruturação do bar da Sandra** aí estão para provar isso. Ainda que diante de tantas adversidades, emergem diferentes expressões das singularidades, força e união do povo atingido (Figura 3).

### Figura 3 – Tradições religiosas que perduram

Continuamos fazendo as festas, a mesma coisa. Nós temos uma Folia de Reis, aí a gente passa nas comunidades tocando. Teve a festa do Menino Jesus no dia 12 de setembro. Fizemos um almoço para mil pessoas lá embaixo. Só com dinheiro da Folia, não é dinheiro da Samarco. Agora teve a festa de Nossa Senhora da Aparecida. A comunidade junto todo mundo e ajuda.

Elias Geraldo de Oliveira,  
Paracatu de Baixo.



FONTE: A SIRENE, 2018a, p.26 (Modificado pela autora)

Também é importante chamar ao destaque o **amadurecimento político** que enfrentar o processo reparatório tem proporcionado às pessoas atingidas, especialmente as lideranças da luta por reparação. Apesar da difícil realidade de pagar “[...] com seus direitos o preço do



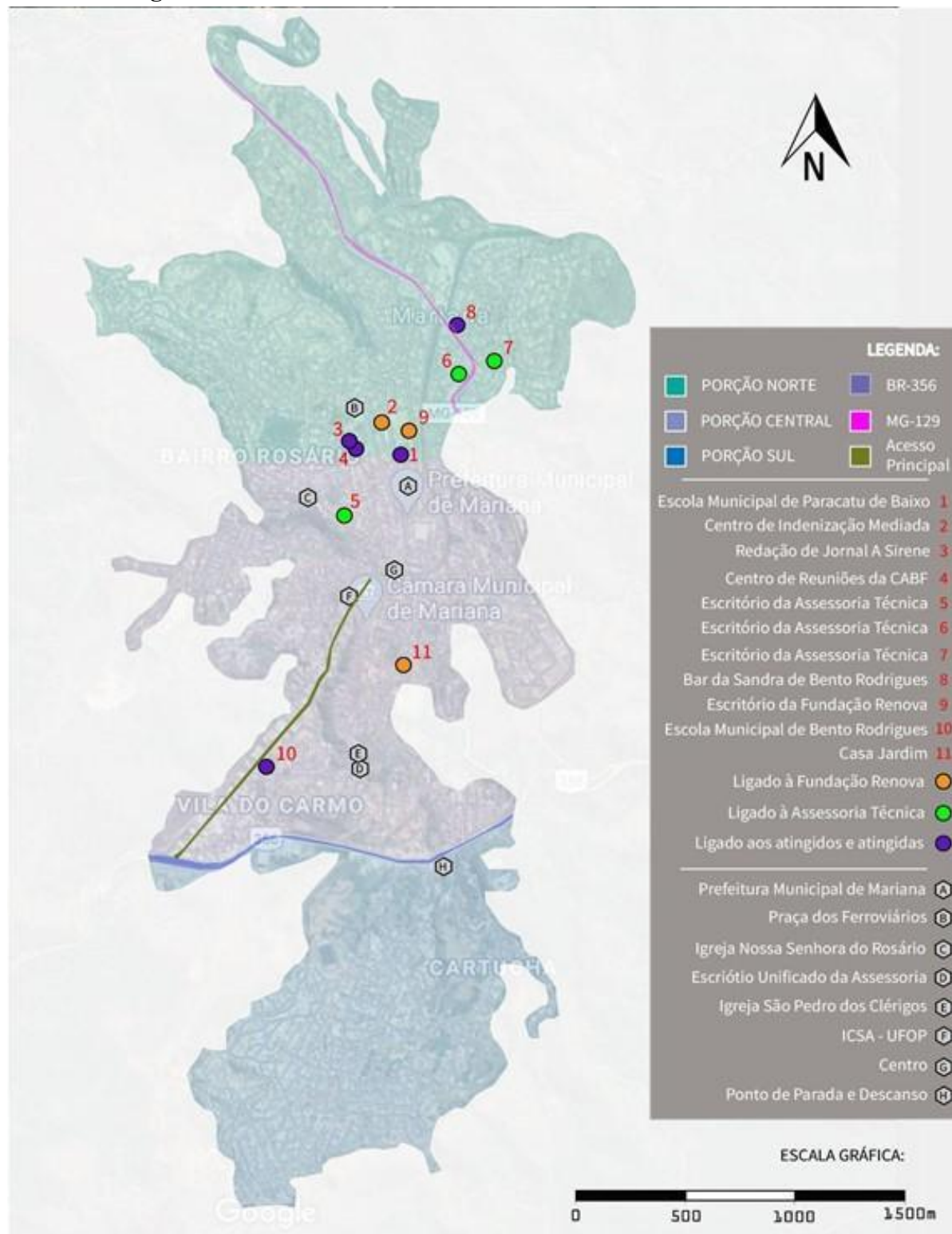
‘progresso’ [...]’ (MAB, 2015, p.25), as pessoas atingidas encontram, uns nos outros, a força necessária para seguir em frente.

Esses [...] anos foram de muita luta e de muita incerteza. Tive que aprender muito, porque não estava acostumado a reuniões e audiências. Mas, com a ajuda do Ministério Público, da Assessoria Técnica e de outras pessoas/órgãos que nos auxiliam a entender o processo, tivemos algumas vitórias ao longo desse tempo. Por isso, hoje, eu consigo trabalhar, minha memória tem voltado. A saúde da gente ainda não está boa, mas, agora que começou o reassentamento, tenho um pouco de esperança. Mesmo que não esteja 100% resolvido, há uma esperança. Antes, eu me sentia uma pessoa livre, hoje, mudou. [...] Me sinto como um passarinho que estava solto e você prende ele na gaiola, depois o solta e ele nunca será o mesmo. Fica sem rumo. É difícil até para quem está de fora entender, só quem é atingido(a) sabe. Então, para o Kaé de antes, eu digo que você tem que seguir em frente, tocar a vida, erguer a cabeça e enfrentar os problemas. Só assim você vai conseguir. (SILVA, 2018 in SILVA *et.al*, 2018, p.07)

Apesar disso, sem sua base material de existência, a realidade ainda diz sobre a completa **modificação do modo de vida** das pessoas atingidas; também se expressa por meio da **falta de centralidade das vítimas** no processo reparatório, sendo uma das principais denúncias relacionadas às **dificuldades de acesso às medidas mitigatórias** e à **política de não reparação e autopromoção** promovida pelas empresas responsáveis pelo desastre e outras instituições a elas vinculadas. Aliás, também é válido registrar a forma escandalosa como a chegada e/ou a instituição de novos agentes ao contexto da reparação impulsionou o surgimento de novas organizações socioespaciais (Figura 4).



**Figura 4** – Marcas do desastre de Fundão no distrito sede de Mariana



Fonte: (XAVIER, 2020)

Segundo lógicas criativas de se destruir o espaço (BRENNER, 2014), a Paisagem da Destruição de Mariana exhibe, de um lado, a desconstrução socioespacial dos territórios



enlameados e, de outro, a construção de outros territórios, permeados material e imaterialmente pelas novas dinâmicas, novos agentes e novas relações. A Nova Mariana demarca com clareza, em sua paisagem material, elementos que ali não estariam caso não tivesse ocorrido o colapso em Fundão.

Em meio à rotina aparentemente comum de um pequeno centro urbano, estão grafadas na materialidade da paisagem **elementos de inscrição que autobiografam o acontecimento do desastre**. O local para onde foram direcionadas a maior parte das pessoas atingidas abriga hoje uma diversidade de equipamentos que, concretados nas porções norte e central do município, contam a história de um desastre que ainda não terminou. Duas inscrições relevantes na paisagem são as **Escolas Municipais de Paracatu de Baixo (1) e de Bento Rodrigues (10)** cujos chamativos letreiros impõem sua presença sobre os outros elementos da cidade. Nelas, as crianças e adolescentes atingidos(as) podem dar continuidade a seu percurso escolar em uma tentativa conjunta de manter unida a sociedade escolar e, ao mesmo tempo, proteger os estudantes(as) do preconceito e discriminação que ainda sofrem por serem pessoas atingidas.

A presença **dos escritórios da equipe de assessoria técnica (5, 6 e 7)**, por sua vez, contam sobre o decurso de um processo de reparação que, apesar dos percalços que possa enfrentar, garante o acompanhamento técnico aos atingidos e atingidas pelo desastre. A propósito, **a redação do Jornal a Sirene (3)** - veículo de comunicação produzido pelos atingidos e atingidas - e o **centro de reuniões da Comissão de Atingidos(as) pela Barragem de Fundão (4)** são importantes marcas institucionais que denotam a luta e resistência das pessoas atingidas no processo. Da mesma maneira, **a Lanchonete da Sandra de Bento Rodrigues (8)** constitui um importante ato de (r)existência frente às tantas adversidades enfrentadas nesse novo lugar.

Por sua parte, **o escritório da Fundação Renova<sup>2</sup> (9)**, o **centro de indenização mediada (2)** e o **museu Casa Jardim (11)** demarcam, com implantação imperante e sempre majestoso, o território da outra face do processo. Enquanto o escritório e o centro de indenização dizem sobre a instituição da fundação que, em teoria, foi criada para gerir as ações de reparação, o museu, taticamente localizado em uma das principais praças públicas da cidade, relata uma versão dos fatos que, para as pessoas atingidas, em nada condiz à realidade.

**Figura 6 – Reportagem sobre o Museu Casa Jardim**

Fonte: (QUINTÃO, CARNEIRO, 2019, p.07)

Nessa tentativa falha, a localização e implantação chamativa das escolas municipais de Paracatu e Bento (Figura 6.) parecem pretender a mesma estratégia do “museu do crime”. Estrategicamente localizadas, denotam “[...] a intenção semioculta de externar uma tranquilidade que não existe (A SIRENE, 2018b) quando, na verdade, o que há é um tipo de ruptura que descontinua, mas não separa completamente [...]” (XAVIER, 2020, p.122) as pessoas atingidas do restante da cidade. O fato é que essas novas configurações institucionais conformam a delineação de novas estruturas territoriais, novas articulações e novas formas organizacionais.

**Figura 7 – Escola Municipal de Bento Rodrigues**

Fonte: (Elaboração Própria, 2020)



Para estudiosos como Parry Scott (2022), formas de constrangimento como essa nítida segregação na organização do espaço compõem uma série de estratégias utilizadas, no capitalismo, como forma de deslegitimação da luta das pessoas atingidas por grandes empreendimentos. Dentre elas, a metamorfose institucional que demarca a instituição da Fundação Renova - cuja atuação parece pender mais para o lado das empresas réis do que à efetiva reparação pelos danos causados -, também ocupa lugar de destaque entre as marcas do conflito.

Segregada em níveis, inclusive, institucionais, na Paisagem da Destruição de Mariana tudo está em disputa, até mesmo o direito ou a forma de dizer sobre suas perdas e danos. Enquanto, de um lado, a Fundação Renova ou a Samarco preferem o termo “impactados(as)”, denotando uma afetação que rapidamente se esgotou, do outro, movimentos sociais, assessorias técnicas, instituições de justiça e outros atores de defesa dos direitos humanos defendem o termo “atingidos e atingidas” já que, como demonstrou esta pesquisa, ainda hoje, o desastre não terminou.

Nesse sentido, a Paisagem da Destruição em Mariana pode ser lida, também, como o epicentro da tragédia de Fundão. Exibe-se como vitrine para um contexto em que o desastre se repete diariamente na desterritorialização dos atingidos e atingidas: “[...] Uma população que sofreu uma brutal intervenção na sua vida cotidiana [...]” (SCOTT, 2012, p.136). Manifesta-se na transformação da paisagem material local, na atual a-territorialidade de muitos ou mesmo no multipertencimento de outros, nas lembranças de um modo de vida que já não é mais possível viver, na pulverização da coletividade no meio urbano, nas abruptas mudanças de hábitos/rotinas, na inviabilização dos projetos de vida, nas disputas travadas cotidianamente, na criminalização da luta, no constrangimento, na falsa participação, nas disputas conceituais, na demora do processo, na luta pelo reconhecimento e no descaso das empresas com as pessoas atingidas. (XAVIER, 2020, p.124)

E, deste modo, a Nova Mariana revela de muitas maneiras e existência de um lugar “[...] condenado a servir a uma modernização que não moderniza” (WISNIK, 2018, p.105). Expõe a capacidade da mineração de, nos moldes correntes, ameaçar a existência dos territórios como máquina precisa de desterritorialização. Denuncia, por fim, “[...] uma tendência evolutiva do tipo regressiva” (MOTTER, 2001, p.41) que é, por definição, o princípio basal da gestação de Paisagens da Destruição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das muitas evidências que delatam a possibilidade de esvaziamento incentivado dos territórios atingidos (RIBEIRO, PRADO, 2016), muito ainda é discutido sobre as razões que levaram ao acontecimento do desastre de Fundão. Não obstante, não é equívoco sublinhar através do rompimento que, na lógica sistêmica capitalista, a desconstrução se tornou um modelo de negócio (LEITE, 1994). Como tal, não apenas movimenta indústrias diversas - como a da construção civil - mas também é uma forma através das quais as empresas réis buscam se autopromover por meio da manipulação das informações sobre os processos reparatórios.

Felizmente, mesmo diante das táticas empregadas para deslegitimar a resistência dos atingidos e atingidas (SCOTT, 2012), a manipulação mental edificada nos tempos coloniais



que elege a mineração como “mal necessário” (FERREIRA, 2016) vem sendo desconstruída frente à capacidade destrutiva de eventos como o ainda ativo desastre de Fundão. Como demonstramos no presente estudo - que sumarizam as discussões promovidas na dissertação de mestrado da autora (XAVIER, 2020) -, neste jogo de instrumentalização e maquinação do mundo, os territórios encontram-se em constante estado de ameaça.

Retroalimentado pela dinâmica da des-re-territorialização (HAESBAERT, 2004), o capitalismo tem, como produto, a criação constante e ininterrupta do que aqui denominamos Paisagem da Destruição. As discussões paisagísticas e territoriais às quais o conceito nos convida constituem, na prática, mais um passo dado na direção da formulação de estratégias que viabilizem, neste processo cíclico de criação de paisagens da destruição, condições para análise e orientação dos processos reparatórios instaurados pela lógica sistêmica. Tendo em vista essas colocações, em sua pesquisa de doutoramento a autora busca desenvolver, com base em um fundamento teórico e empírico, instrumentos e marcos regulatórios que orientem e instruem processos de reparação no contexto de conflitos socioambientais.

Por fim, é importante ressaltar que, conforme destacado nas seções introdutórias, no período contemporâneo ao desenvolvimento do presente estudo, a crise em saúde pública instaurada pela disseminação do vírus da COVID-19 pelo mundo impôs limitações à realização de trabalhos de campo. Soma-se a este fato a situação de saturação em que se encontram as pessoas atingidas pelo desastre-crime de Fundão, coletividade abordada sistemática e continuamente desde a ocorrência da ruptura. Logo, o caminho metodológico adotado para concepção e aplicação do conceito Paisagem da Destruição foi pautado essencialmente na coleta de dados secundários de depoimentos, entrevistas e relatos dos atingidos e atingidas sobre sua realidade pós rompimento.

## NOTAS

1 – Princípio que, à luz de decisões tomadas no âmbito da Corte Internacional de Direitos Humanos, instrui sobre a abrangência das ações de reparação, assim relacionadas em sete dimensões principais: Indenização, Restituição, Compensação, Reabilitação, Não-Repetição, Mitigação e Satisfação.

2 – Instituição sem fins lucrativos criada, em teoria, para conduzir as ações de reparação de forma independente das empresas rés.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, S. M. L. Uso Futuro de Áreas Mineradas e o Meio Urbano: o Caso de Águas Claras. 2012. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais.

AMORIM, R. R. OLIVEIRA, R. C. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: O exemplo do município de São Vicente-SP. *Sociedade & Natureza*, 20(2), 177-198, 2008.

ANDRADE, C. D. Itabira. 1930.

\_\_\_\_\_. A montanha pulverizada. 1973.

A SIRENE. Mariana, Ano3, 32 Ed, 2018a.



\_\_\_\_\_. Mariana, Ano3, 23 Ed, 2018b.

BARROS, E. Mariana: 85% das famílias atingidas pela barragem sofrem com deslocamento compulsório, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/17/mariana-85-das-familias-atingidas-pela-barragem-sofrem-com-deslocamento-compulsorio>> Acesso em: ago. 2022.

BAXENDALE, C. A. El estudio del Paisaje desde la Geografía: aportes para reflexiones multidisciplinarias en las practicas de ordenamento territorial. In: Paysaje y entorno: Reflexiones multidisciplinarias. 1 Ed. Buenos Aires: Biovisual, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). O setor de mineração no Brasil: fortalecimento institucional para o desenvolvimento sustentável. Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), Londres, Reino Unido. 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais. 2014. Disponível em . Acesso em: 22 jan. 2020.

BRENNER, N. Teses sobre Urbanização. E-metropolis. v.19, n.5, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Em Busca do Desenvolvimento Perdido. 1 Ed. São Paulo: FGV. 2018.

CARERI, F. Walkscapes: O caminhar como prática estética; prefácio de Paola Berenstein Jacques. Tradução de Frederico Bonaldo. 1Ed. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CORBIN, A. L' Homme dans le paysage. Tradução de Myriam Bahia Lopes. 1 Ed. Paris: Textuel. 2001.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Anti-Oedipus: capitalism and schizophrenia. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. 1 Ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

\_\_\_\_\_. Mil platôs. 34 Ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DRUMMOND, R. Dois anos sendo atingido. Jornal Brasil de Fato. Belo Horizonte, Edição Especial. 2017.

DUNCAN, J. The City as Text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandy Kingdom. 1Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FERREIRA, P. Limiar da mineração. Revista Laboratório: Curinga, Mariana, 19 Ed, 2016.

GARCIA, C. Volta às aulas: como as crianças de Mariana (MG) estão reconstruindo a identidade da escola após a tragédia que atingiu a cidade. 2016. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/volta-as-aulas-como-as-criancas-de-marianamg-estao-reconstruindo-a-identidade-da-escola-apos-a-tragedia-que-atingiu-a-cidade/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. 12 Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUDYNAS, E. Derechos de la Naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales. 1 Ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 11ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HARVEY, D. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. Geografiska Annaler: the Roots of Geographical Change: 1973 to the Present. 71B. 1, 1989.

LEITE, M.A.F. Destruição ou desconstrução?. 1 Ed. São Paulo: Hucitec. 1994.

LEITE, V.A. Flores e Pinturas na paisagem: Análise espacial e intra-sítio em Campo das Flores. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. Mulheres Atingidas por Barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular. 1. São Paulo: Secretaria Nacional, 2015.

MARIANO, R.; ADRIELY, P.; PENNA, J.C.F. Tragédia anunciada: colapso em cidades mineradoras afeta toda a economia de Minas. Jornal Interesse de Minas. 2019. Disponível em: Acesso em: 18 jun. 2020.



- MARTINS, M. O caminhar como prática artística de intervir no espaço urbano. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em artes Plásticas: Transversalidades nas artes visuais. 18., 2009, Salvador. Anais. Salvador: Anpap, 2009.
- MARX, K; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. Tradução de Antônio Carlos Braga. 1ed. São Paulo: LaFonte. 2018
- NETA, M.A.V. Decifrando o espaço a partir da literatura. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro. n.17-18, 2004.
- NÓR, S. O lugar como imaterialidade da paisagem cultural. Paisagem e Ambiente. São Paulo. n.32. 2013.
- ORTIZ, R. Um outro território: ensaios sobre a Mundialização. 1 Ed. São Paulo: Olhos D'água, 1999.
- PAOLIELLO, C. Relações entre identidade e paisagem no artesanato brasileiro. In: MAKING FUTURES: CRAFT AND THE (RE)TURN OF THE MAKER IN A POST[1]GLOBAL SUSTAINABLY AWARE SOCIETY. 4, 2015, Plymouth, Reino Unido. Anais... Plymouth, Reino Unido: Plymouth College of Art, 2015.
- QUINTÃO, S.; CARNEIRO, M. O museu do crime. A Sirene. Mariana, Ano4, 39 Ed, 2019.
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época/ Karl Polanyi; tradução de Fanny Wrabel. 2ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- RIBEIRO, F.; PRADO, T. Frágil equilíbrio. Revista Laboratório: Curinga, Mariana, 19 Ed, 2016.
- RISSO, L.C. Paisagens e Cultura: Uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. Espaço e Cultura. 23. 2008.
- ROMERO, A.G. JIMÉNEZ, J.M. El paisaje em el ámbito de la geografía. 1 Ed. Ciudad Universitaria del Mexico: Martha Pavón, 2002.
- SALINAS, N.S.C. Caso Samarco: implicações jurídicas, econômicas e sociais do maior desastre ambiental do Brasil. Caso de Ensino. Fundação Getúlio Vargas. 2016. Disponível em: . Acesso em: 21 ago. 2019.
- SANSOT, P. Variations paysagères: invitation au paysage. Tradução de Myriam Bahia Lopes. 1 ed. Paris Petite Bibliothèque Payot: Payot. 1983.
- SANTOS, M. O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 1Ed. São Paulo. Edusp. 2004.
- \_\_\_\_\_. O dinheiro e o Território. In: SANTOS, M. (Org.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SANTOS, M. O pior já passou?. A Sirene. Mariana, Ano1. 1 Ed. 2016a.
- SANTOS, P. Histórias Soterradas. Revista Laboratório: Curinga, Mariana, 19 Ed, 2016b.
- SCHULZ, C. N. Genius Loci: towards a phenomenology of architecture. Inglaterra: Academy Editions, 1980.
- SCOTT, R.P. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaiparica no rio São Francisco. In: ZHOURI, A. (org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. 1 Ed, Brasília: ABA, 2012.
- SILVA, E.L.; MUNIZ, M.M.; SILVA, M.G.O. Entre o cansaço e a esperança. A Sirene. Mariana, Ano3, 32 Ed, 2018.
- SOUZA, M.; MELO, A.L. Characterization of larval trematodes emerging from gastropod mollusks collected in Mariana, Minas Gerais, Brazil. Iheringa. Porto Alegre, 102(1). 2012.
- WISNIK, J.M. Maquinação do mundo: Drummond e a mineração. 1Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.
- XAVIER, C.S. Uma análise do Master Plan como instrumento para reassentamento de Bento Rodrigues: o papel da mineração na produção neoliberal dos espaços. 2018. Trabalho Final (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto.



\_\_\_\_ Paisagem da Destruição: Autobiografia do desastre de Fundão no contexto de Mariana-MG. 2020. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais.

## COMO CITAR ESTE TRABALHO

XAVIER, Celiane Souza; TEIXEIRA, Mariana Cristina Villefort. .Quanto Vale um território? Marcas do desastre de Fundão na Paisagem de Mariana. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 20, n. 1, p. 145-166, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2024.71017>. Acesso em: DD MM. AAAA.